

# **Silêncios e ruídos: registros (auto)etnográficos da violência em uma comunidade carioca<sup>1</sup>**

Caroline Laya de Menezes (USP/SP)

## **Resumo:**

A pesquisa em questão, derivada de um evento violento em 7 de abril de 2019, adota uma abordagem autoetnográfica que combina as vivências pessoais da pesquisadora com análises acadêmicas. Esta investigação busca explorar as complexas repercussões emocionais, midiáticas e sociais desencadeadas por esse evento, empregando a metáfora do "silêncio" e do "ruído" como instrumentos reflexivos e interpretativos. A metodologia empregada busca ir além das narrativas predominantes, investigando tanto as narrativas negligenciadas quanto as estratégias de silenciamento presentes no contexto analisado. Adicionalmente, o estudo amplia a discussão sobre desigualdades e violência urbana ao incorporar narrativas locais e rumores, elementos fundamentais na formação de percepções específicas das dinâmicas sociais na área em foco. Ao explorar esses elementos, a pesquisa indica uma intrincada rede de relações associadas ao evento violento, contribuindo para uma compreensão das interseções entre violência, mídia e comunidade. A utilização da abordagem autoetnográfica permite a integração de experiências pessoais com análises acadêmicas, enriquecendo a compreensão das implicações do evento em questão.

**Palavras-chaves:** “autoetnografia”; “silêncios”; “rumores”.

## **Introdução**

Este artigo, baseado na minha dissertação, tem como foco principal demonstrar como a autoetnografia proporcionou reflexões cruciais para minha pesquisa. O recorte aqui apresentado abrange os capítulos que analisam como o evento violento de 7 de abril de 2019 serviu como ponto de partida para entender a violência no cotidiano dos moradores da favela do Muquiço. Esse evento, um marco significativo, não apenas ilustra a brutalidade enfrentada pelos moradores do Muquiço, mas também pode ser reconhecido e representado pela experiência de muitos outros moradores de favelas.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

O principal objetivo deste artigo é expor a metodologia autoetnográfica utilizada para desenvolver uma compreensão aprofundada desses eventos e suas repercussões. Através dessa abordagem, reconstruí o caso do evento violento usando uma analogia de "estrondos" para representar as manchetes midiáticas e sua influência. Em seguida, explicarei as metáforas de "silêncio" e de "ruídos", destacando como essas percepções emergiram e moldaram minha análise.

Ao longo deste processo, demonstrarei como a autoetnografia foi integrada na pesquisa, proporcionando insights valiosos e uma perspectiva única sobre a violência estrutural e cotidiana vivenciada pelos moradores da favela do Muquiço. Assim, este artigo não só apresenta os resultados da minha investigação, mas também oferece uma visão sobre o processo metodológico que sustentou a pesquisa.

A pesquisa se concentrou principalmente na autoetnografia como metodologia principal: uma abordagem que mescla elementos da etnografia e da autobiografia. Ela me permitiu refletir sobre minhas próprias vivências e subjetividades no contexto investigado. Embora outras estratégias metodológicas tenham sido consideradas, a ênfase recaiu na autoetnografia, por seu crescente destaque nas ciências sociais, especialmente na antropologia, e por sua capacidade de explorar a relação íntima entre pesquisadores e seus objetos de pesquisa.

Na resenha do "Handbook of Qualitative Research" realizada por Pedro Motta e Nelson Barros (2015), são identificadas cinco dimensões fundamentais para a elaboração da autotetnografia. Primeiramente, destaca-se a noção de visibilidade intrínseca, em que o eu do pesquisador se torna perceptível no decorrer do processo, o que foi particularmente difícil para mim. Em seguida, ressalta-se a importância da reflexividade robusta. De acordo com os autores, este aspecto contrasta com a abordagem positivista que, tradicionalmente, preconiza a separação objetiva entre sujeito e objeto. A autotetnografia, portanto, é compreendida não apenas como um engajamento pessoal, mas como um meio para explorar e transmitir uma visão crítica, adotando uma postura de vulnerabilidade consciente.

Denzin e Lincoln (2000, citados por Santos, 2017) sublinham a relevância de estratégias como estudos de caso, experiências pessoais e autobiografia na autotetnografia, especialmente na perspectiva de autores negros e negras. Ellis (2004) argumenta que a subjetividade do pesquisador enriquece a compreensão das interações sociais e culturais, enquanto Chang (2008, citado por Santos, 2017) fundamenta a autotetnografia em um modelo

triádico que combina métodos etnográficos, interpretação cultural e narrativa autobiográfica reflexiva.

Um aspecto crucial na minha opção pela autotetnografia foi a perspectiva da favela a partir das vozes dos moradores. Apesar de haver diversos pesquisadores abordando favelas, não são muitos os estudos autotetnográficos sobre favelas. Ao buscar referências antropológicas brasileiras, encontrei obras inseridas em áreas como a educação (ALMEIDA; MULLER; FRANCA; OSIELSKI; DINIZ, 2020), educação física (BOSSLE; NETO, 2009), direito (ARARUNA, 2018) e artes (BENETTI, 2017).

Publicações sobre autotetnografia no Brasil surgiram na metade dos anos 2000, com maior concentração na segunda metade dos anos 2010. O interesse crescente reflete um campo metodológico em desenvolvimento e sujeito a revisões. Apesar de emergente, a autotetnografia já é reconhecida na literatura como uma abordagem significativa para análises críticas futuras. Durante a pandemia, novos desafios levaram a reflexões importantes sobre autotetnografias, especialmente no contexto do ensino remoto da antropologia (SCHRITZMEYER, 2021).

Este artigo é dividido em três partes, que coincidem com os capítulos da minha dissertação e são oriundos de metáforas da minha experiência autoetnográfica. A primeira parte é dedicada à apresentação sucinta do caso em questão. Nessa seção, exploro os eventos específicos que envolvem os tiros disparados contra o carro mencionado, utilizando o termo "estrondo" não apenas para descrever o som físico dos disparos, mas também para apresentar o caso de Evaldo e Luciano através da abordagem midiática.

A segunda parte, intitulada "Silêncios," explora o silêncio como uma manifestação multifacetada da violência. O termo "silêncio" abrange vários sentidos, começando pelo silêncio cotidiano a que os moradores das favelas são submetidos frente às violências constantes. No entanto, é destacado o silêncio como estratégia de sobrevivência refletindo a necessidade de ocultar informações para proteger vidas em ambientes dominados por poderes paralelos.

Na seção "Ruídos", os rumores, fofocas e boatos emergem como formas essenciais de comunicação no Muquiço. Eles desempenham um papel crucial na disseminação de informações cotidianas, presentes em interações sociais como idas à padaria e eventos comunitários. Apesar de sua natureza fragmentada e potencialmente imprecisa, esses boatos são fundamentais para construir um entendimento coletivo das dinâmicas sociais e políticas

na comunidade, oferecendo uma perspectiva que frequentemente escapa aos meios de comunicação tradicionais.

### **Estrondos - Apresentação do caso**

Entre silêncios e ruídos que permeiam a história em torno da qual esta pesquisa se desenvolveu, encontraram-se alguns “estrondos”. Nomeei desta forma os momentos em que telejornais e sites começaram a anunciar, com letras garrafais e com chamadas tais como “URGENTE” ou “ACONTECENDO AGORA”, o que ocorreu no dia 7 de abril de 2019 e provocou impactos e indignação.

Narrar uma história é um desafio que vai além da simples ordenação cronológica dos eventos, e isso se aplica de maneira particular ao trágico episódio envolvendo Evaldo dos Santos Rosa e Luciano Macedo. No entanto, buscarei realizar uma contextualização sucinta do evento violento, utilizando reflexões autoetnográficas e a reconstrução das narrativas midiáticas, cujas manchetes não serão reproduzidas diretamente no artigo, mas serão acessíveis através de links inseridos nas notas de referência. Quando citadas, as manchetes serão devidamente incluídas nas referências bibliográficas.

.....

Me lembro como se fosse ontem. Eu estava acabando de me arrumar para sair, quando ouvi uma sequência de tiros que pareciam de armas pesadas. Tive a ligeira impressão de que eles vinham na direção sudoeste da minha residência, que ficava no acesso para a Avenida Brasil. Ainda em casa, comentei o ocorrido com minha mãe e conversamos sobre os motivos que poderiam ser a causa desse acontecimento: conflito entre facções rivais? Operação da polícia? Assalto? Execução sumária de alguém? Todos esses fatos nós já havíamos experienciado, como moradoras de favela.

Nesse dia, eu tinha combinado sair com algumas amigas e hesitei, por um momento, diante do que escutara. Debati com minha mãe e minha tia se seria prudente sair em um dia de possível conflito na favela. Acabei escolhendo ir, mesmo após os disparos, respaldada na ideia de que “não era nada” ou “não seria nada demais”. Repetíamos isso todas as vezes em que não tínhamos acesso ao motivo de disparos ou quando não era algo tão intenso a ponto de as pessoas da favela interromperem suas atividades.

Mas não fui muito longe. Logo após embarcar no ônibus 393 – Bangu x Candelária, o motorista retornou com o veículo, pois a saída de acesso à Avenida Brasil estava totalmente fechada por homens do Exército. Diante dessa situação, desci do 393 e voltei para casa, cancelando, enfim, o encontro com minhas amigas. Mais tarde, naquele mesmo dia, as notícias já circulavam em meu Whatsapp: o Exército havia alvejado um carro com 80 tiros, em Guadalupe.

Guadalupe é um dos bairros em que a favela do Muquiço está situada e em que sempre morei, sendo assim, logo me interessei pelo assunto. Imagine qual não foi a minha surpresa ao saber que os 80 tiros ocorreram a duas ruas da minha casa. E mais, que o bloqueio da Av. Brasil pelos homens do Exército foi o que motivou o cancelamento do meu compromisso. O que aparentemente era só mais um dia “normal” ou “não era nada” tratava-se do trágico caso de Evaldo Rosa, alvejado dentro de seu carro com 80 tiros disparados, “por engano”, pelo Exército: os mesmos tiros que eu havia escutado enquanto estava me arrumando para sair.

-----

A morte violenta de Evaldo dos Santos Rosa e Luciano Macedo ocorreu em um contexto de crescente militarização da segurança pública no Rio de Janeiro. A promulgação da Lei 13.491/2017 ampliou a jurisdição da Justiça Militar para incluir ações de militares em missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) mesmo em tempos de paz. Isso permitiu um maior envolvimento das Forças Armadas em operações de segurança pública, resultando em uma presença militar mais frequente e intensificada em atividades de patrulhamento urbano.

Em 2018, uma intervenção militar foi decretada no Rio de Janeiro como resposta à escalada da violência, principalmente nas favelas e áreas periféricas. Esta intervenção, gerou opiniões divergentes sobre sua eficácia e impacto, com alguns destacando melhorias temporárias na segurança<sup>2</sup> (COELHO, Henrique, MARTINS; Marco Antonio, 2018), enquanto outros levantaram sérias preocupações sobre direitos humanos e a sustentabilidade de ações repressivas<sup>3</sup> (MARTINS, Gizele, 2019).

---

<sup>2</sup> Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/autoridades-detallham-medidas-da-intervencao-federal-o-rio-de-janeiro.ghtml>> Acesso em 10 de jul. de 2024.

<sup>3</sup> Disponível em:

<<https://www.brasilefatorj.com.br/2019/04/09/opinioao-or-rio-de-janeiro-laboratorio-para-uma-politica-de-controle>> Acesso em 10 de jul. de 2024.

O caso de Evaldo e Luciano, ocorrido em 7 de abril de 2019, reabriu questões sobre o uso da força pelo Estado e a responsabilidade pela segurança pública. Evaldo dos Santos Rosa foi morto quando militares do Exército dispararam mais de 80 vezes contra seu carro na Favela do Muquiço, Zona Oeste do Rio, enquanto ele se dirigia com a família para um chá de bebê. Além de Evaldo, o sogro foi ferido e um pedestre, Luciano Macedo, que tentou ajudar, também foi atingido e morreu posteriormente.

A narrativa oficial inicial sugeria que os militares responderam a uma suposta agressão de assaltantes. Contudo, relatos de testemunhas e familiares indicaram que os militares dispararam “por engano”<sup>4</sup>. Evaldo, um músico conhecido como Manduca, e sua família eram pessoas comuns, não criminosos, como inicialmente categorizado pelas autoridades. As homenagens e reações nas redes sociais começaram a delinear a imagem de Evaldo, amplificando o impacto emocional do incidente e desafiando a categorização inicial das vítimas como criminosos<sup>5</sup>.

A cobertura do caso pela mídia e redes sociais contribuiu para mudar a percepção pública. Em 8 de abril de 2019, reportagens<sup>6</sup> destacaram a prisão de dez dos 12 militares interrogados. A perícia reforçou a hipótese de que os militares confundiram o carro da família com o de criminosos.

O Ministério Público Militar denunciou os 12 militares envolvidos por homicídio qualificado e tentativa de homicídio, apontando o uso excessivo da força. As investigações revelaram que os militares dispararam 257 vezes, atingindo o carro de Evaldo com 62 tiros<sup>7</sup>. Apesar das evidências, em 23 de maio de 2019, o Superior Tribunal Militar (STM) determinou a soltura dos militares presos preventivamente, alegando falta de condenação prévia e residência fixa como justificativas.

Com a eclosão da pandemia de COVID-19, diversos setores da sociedade foram impactados, incluindo o sistema judiciário. O funcionamento regular dos tribunais foi afetado em muitas partes do mundo, levando a ajustes nas atividades judiciais. No Brasil, medidas de

---

<sup>4</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/07/homem-morre-apos-carro-ser-atingido-em-acao-do-exercito-na-zona-oeste-do-rio.ghtml>> Acesso em 10 de jul. de 2024.

<sup>5</sup> Disponível em : <https://exame.com/brasil/militares-do-exercito-fuzilam-carro-de-familia-com-80-tiros-no-rio/>> Acesso em 10 de jul. de 2024.

<sup>6</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/08/dez-militares-sao-presos-apos-acao-do-Exercito-que-fuzilou-carro-de-familia-no-rio-com-80-tiros.ghtml>> Acesso em 10 de jul. de 2024.

<sup>7</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/11/politica/1557530968\\_201479.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/11/politica/1557530968_201479.html)> Acesso em 10 de jul. de 2024.

distanciamento social foram implementadas, levando a restrições nas atividades presenciais e a uma reorganização das pautas judiciais. Isso impactou prazos e o ritmo de investigações e ações penais, inclusive os referentes ao caso de Evaldo Rosa e Luciano Macedo.

A reportagem de Natália Viana<sup>8</sup> foi crucial para obter perspectiva sobre o caso. Segundo sua investigação, os militares atuaram sem a autorização legal necessária para intervenção na segurança pública, que só poderia ser realizada por meio de decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), a ser assinado pelo Presidente da República, conforme previsto pelo artigo 142 da Constituição. O último decreto de GLO para o Rio de Janeiro, assinado por Michel Temer, expirou em 31 de dezembro de 2018, marcando também o término da intervenção federal no estado.

A Operação Muquiço, conduzida pelo Exército próximo ao Próprio Nacional Residencial (PNR) Guadalupe<sup>9</sup>, destinado a membros das Forças Armadas e suas famílias, foi significativa. A operação teve origem em alegações de invasão por um grupo armado, os Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP), em 7 de fevereiro de 2019, acompanhado por moradores locais com intenção de ocupar apartamentos desocupados. Durante uma audiência na Justiça Militar, em dezembro de 2019, o tenente Ítalo Nunez afirmou que a Operação Muquiço precedeu o incidente envolvendo Evaldo Rosa dos Santos, planejada para responder a ações específicas de tráfico na área.

O histórico de adiamentos do caso incluiu um primeiro adiamento de 7 de abril de 2021 para 7 de julho do mesmo ano, devido à pandemia. Posteriormente, foi remarcado para 15 de setembro por falta de imunização completa contra a COVID-19 do advogado dos réus. A nova data, 13 de outubro, ocorreu devido a complicações nas cordas vocais do advogado. Na madrugada de 14 de outubro de 2021<sup>10</sup>, a Justiça Militar condenou oito dos militares envolvidos. Quatro militares foram absolvidos por não terem efetuado disparos. O tenente Ítalo da Silva Nunes foi condenado a 31 anos e seis meses de reclusão em regime fechado por

---

<sup>8</sup> Disponível em; <https://apublica.org/2020/04/exclusivo-a-desastrosa-operacao-do-exercito-que-levou-a-morte-de-evaldo-rosa/>> Acesso em 10 de jul. de 2024.

<sup>9</sup> O Próprio Nacional Residencial (PNR) é um conjunto de imóveis pertencentes ao Exército Brasileiro, destinados a abrigar militares e seus familiares. Estes imóveis são administrados pelo Exército e têm a finalidade de proporcionar moradia aos militares, geralmente em locais estratégicos e próximos a instalações militares. Está localizado também nas imediações da comunidade do Muquiço.

<sup>10</sup> Disponível em; <https://www.brasilefato.com.br/2021/10/14/caso-evaldo-justica-condena-oito-militares-por-mortes-de-musico-e-catador-no-rio-de-janeiro>> Acesso em 10 de jul. de 2024.

duplo homicídio e tentativa de homicídio, e outros sete militares receberam penas de 28 anos de reclusão. Todos puderam recorrer das decisões em liberdade.

Em 25 de outubro de 2022<sup>11</sup>, a Justiça determinou compensações financeiras para os familiares de Luciano Macedo. A União foi condenada a pagar indenizações à mãe e às irmãs do catador. Em 22 de setembro de 2023<sup>12</sup>, a União concordou em pagar uma indenização de R\$ 2 milhões à família de Evaldo Rosa e uma pensão mensal para a viúva e o filho.

Uma das reflexões que tive ao longo da elaboração da pesquisa, especialmente ao selecionar manchetes para contar o evento do dia 7 de abril de 2019 a partir da narrativa midiática, foi a raridade de se obter o desfecho de um caso durante a realização de uma pesquisa de mestrado. Ainda mais raro é que essa conclusão favoreça as vítimas, como a condenação dos militares envolvidos. Entretanto, na mesma semana em que defendi meu trabalho final, em 27 de fevereiro de 2024, a Agência Pública noticiou, em 1º de março, que os ministros do Supremo Tribunal Militar absolveram os militares responsáveis pela morte de Evaldo Rosa<sup>13</sup>.

## **Silêncio**

Na minha pesquisa, explorei os diversos significados do silêncio encontrados nos contextos etnografados das favelas. Destaco primeiramente o silêncio opressivo da violência enfrentada diariamente pelos moradores, que encobre atos violentos frequentemente ignorados pelos meios de comunicação. Esse silêncio da exclusão e da desigualdade se reflete em inúmeras histórias de violência que compõem o cotidiano, mas que, muitas vezes, são ignoradas ou negligenciadas pelos meios de comunicação.

Além disso, há o pacto de silêncio entre os moradores frente a certas violências, motivado pelo medo e pela falta de confiança nas dinâmicas de poder locais. Esses silêncios são estratégias vitais de sobrevivência, necessárias para proteger a segurança dos residentes em um contexto permeado pelo Estado e pelo narcotráfico, intrinsecamente ligadas às

---

<sup>11</sup> Disponível em;

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/10/25/justica-determina-pagamento-de-indenizacao-a-familiares-de-catador-morto-por-militares-do-exercito.ghtml>> Acesso em 10 de jul. de 2024.

<sup>12</sup> Disponível em;

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/09/22/acordo-garante-indenizacao-de-r-2-milhoes-a-familia-de-musico-morto-em-acao-do-exercito-com-80-tiros-em-2019.ghtml>> Acesso em 10 de jul. de 2024.

<sup>13</sup> Disponível

<[https://apublica.org/2024/03/ministros-do-stm-ignoram-pericia-e-votam-por-absolver-militares-pela-morte-de-evaldo-rosa/?utm\\_source=substack&utm\\_medium=email](https://apublica.org/2024/03/ministros-do-stm-ignoram-pericia-e-votam-por-absolver-militares-pela-morte-de-evaldo-rosa/?utm_source=substack&utm_medium=email)> Acesso em 10 de jul. de 2024.

dinâmicas de poder exercidas tanto pelo Estado quanto pelo narcotráfico. A divulgação de informações sobre acontecimentos locais pode representar um risco iminente para a segurança e a vida dos residentes, daí o silêncio como tática de autopreservação.

É possível, portanto, compreender o silêncio como um elemento central na construção e perpetuação das culturas do terror (TAUSSIG, 1993) presentes nas favelas. O silêncio alimenta o mito e o mistério, criando um ambiente propício para a proliferação de múltiplas narrativas e a perpetuação da violência. A ausência de dados permite a construção de diferentes versões dos eventos, contribuindo para a continuidade de narrativas que podem exacerbar a violência ou criar uma aura de mistério em torno dos acontecimentos.

Entretanto, o silêncio que desejo destacar neste artigo resulta de uma reflexão aprofundada, baseada na autoetnografia dos eventos ocorridos em 7 de abril de 2019. Refiro-me ao silêncio como uma questão de sobrevivência, um tema no qual pretendo focar devido às várias questões autoetnográficas que ele suscita. Ao refletir sobre o segundo significado que atribuí ao silêncio, que se reporta à possibilidade de considerar um tiroteio como “nada”, podemos observar que isso sinaliza percepções de quem se socializou em um ambiente violento.

Veena Das, em seu trabalho “Vidas e palavras” (2020), explora como as pessoas lidaram com a violência no contexto de partição da Índia e do assassinato de Indira Gandhi. Embora haja distâncias temporal e geográfica entre as reflexões da autora e o tema aqui abordado, elas fornecem *insights* valiosos para uma melhor compreensão do significado das minhas palavras ao construir a narrativa de um episódio marcado pela violência e da minha escolha (ou falta de escolha) ao constatar que o que ali se passou “não foi nada”.

Esse sentimento de “nada” se assemelha ao silêncio encontrado por Das em seu trabalho de campo, após eventos violentos ocorridos na Índia. O silêncio e o “nada” estão interconectados como modos de formular traumas, tanto em suas dimensões materiais quanto subjetivas. Apesar das brutalidades vivenciadas e testemunhadas em nossas experiências, a necessidade de continuar vivendo persiste, daí o silêncio e o “nada” surgirem como estratégias para lidar com eventos violentos.

É importante, no entanto, ressaltar que o silêncio não deve ser interpretado apenas como uma escolha individual, mas como uma resposta coletiva às condições sociais e políticas que permeiam os territórios de favelas. O silêncio, conforme já aponte, pode ser uma estratégia de sobrevivência adotada pelos moradores diante da constante violência

estrutural e do medo de represálias por parte das autoridades ou grupos armados, sendo uma maneira de evitar ainda mais violência, de proteger a própria vida e a dos entes queridos.

Nesse sentido, o silêncio entre moradores de favelas pode revelar um aspecto bastante sombrio, pois, além de ser uma estratégia emocional para lidar com traumas causados por eventos violentos, muitas vezes ele é o próprio fruto desses eventos. Por isso ele pode também ser considerado uma estratégia de sobrevivência cotidiana, pois quem fala demais sobre certas dinâmicas internas da favela pode sofrer represálias. A figura do delator, localmente conhecido como “X9”, é um dos aspectos mais abomináveis do universo do crime organizado e, não raras vezes, ela é pichada em muros e citada em músicas feitas para as facções. Ser acusado de X9 por um grupo de traficantes em uma favela pode custar a vida.

Machado da Silva (2008), em uma etnografia coletiva sobre a rotina das favelas no Rio de Janeiro, relata a presença do silêncio entre moradores de três favelas. Para o autor, “a natureza e a extensão deste são variáveis, assim como variáveis são as formas de lidar com as condutas violentas” (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 68). Sobressai-se em sua pesquisa a questão do silêncio em relação à violência sofrida pelos moradores por parte dos narcotraficantes. Entretanto, o silêncio é abordado de distintas maneiras e é sobretudo interpretado como um dispositivo de defesa: uma resposta possível e adequada aos riscos de sofrer violências (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 69-70).

No artigo “Violência, Crime e Polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?” (MACHADO DA SILVA & LEITE, 2007), os autores mencionam a necessidade de formar “coletivos de confiança”, durante a pesquisa, para contornar a “lei (tácita) do silêncio”, imposta aos moradores.

Cechetto, Muniz e Monteiro (2018) compartilham suas experiências durante o trabalho de campo nas favelas cariocas do Complexo do Alemão e do Morro do Fallet, entre 2016 e 2017, contando que a vivência em campo, complementada com entrevistas com moradores das duas comunidades, levou-os a constatações importantes. De acordo com o que apuraram, um dos pontos relevantes para os entrevistados é “saber lidar com um ambiente atravessado por desconfianças recíprocas e por suspeições maximizadas” (Cechetto, Muniz, Monteiro, 2018, p. 102). Nesse contexto, observaram uma busca por “autopoliciamento de si” (Ibidem, p. 103) e tentativas de não envolvimento com pessoas, situações ou coisas que pudessem colocá-los na posição de possíveis delatores (X9) ou testemunhas.

O silêncio, nesse sentido, funciona como um escudo cotidiano de proteção. É uma ferramenta que mantém os moradores das favelas protegidos do espectro da violência que os ronda. Nesse contexto, o antigo ditado popular “A palavra vale prata e o silêncio vale ouro” ganha um sentido especialmente forte. A busca por esse “ouro”, portanto, pode ser percebida através do “acionamento de retóricas defensivas” (CECHETTO, MUNIZ, MONTEIRO, 2018), observadas no cuidado extremo que os moradores de favelas e pesquisadores têm, não apenas com o que é dito, mas com suas próprias condutas diante de interlocutores.

Francisca Souza (2013) reflete sobre o romance “Hibisco Roxo”, da escritora Chimamanda Ngozi Adichie, destacando o que ela chama de “recurso à dissimulação”, utilizado por personagens subalternizadas em textos permeados por questões pertinentes ao processo colonial. A autora propõe que a dissimulação, nessas obras, é operada como estratégia de sobrevivência diante de sistemas de dominação e silenciamento impostos por regimes autoritários. Essa ideia de dissimulação como estratégia de sobrevivência dialoga, portanto, com o sentido que atribuo ao silêncio dos moradores de favelas.

Chimamanda Ngozi Adichie criou em seus livros um mundo que se assemelha ao contexto das favelas cariocas, retratando experiências em que pessoas lutam, diariamente, para alcançar seus objetivos e sonhos. Suas descrições vívidas e abordagens político-culturais contribuem para a compreensão das estruturas econômicas e sociais dessas comunidades, além do que seu trabalho destaca a necessidade de aumentar a conscientização sobre as desigualdades sociais, o que aproxima ainda mais sua obra das favelas cariocas.

O silêncio resultante de um espaço hostil e vigiado pode ser aterrorizante, pois impede a expressão de opiniões e sentimentos. Em um ambiente assim, o medo e a insegurança podem dominar, levando as pessoas a se tornar inseguras e solitárias, afinal, quando nos sentimos ameaçados, é provável que nos calemos, evitando situações desconfortáveis.

A dissimulação também pode ser interpretada como um jogo que consiste em fazer algo diferente do que se diz, podendo ser usado para escapar de uma armadilha e lidar com situações desconfortáveis. Nesse sentido, o que Francisca Souza (2013) analisa na obra de Chimamanda Ngozi Adichie é que é possível ser honesto sem revelar toda a verdade. A dissimulação honesta é uma forma de demonstrar respeito pelos outros, evitando a exposição desnecessária de informações pessoais. O silêncio cúmplice pode ser uma maneira de mostrar compreensão pelo que o outro sente e pensa, mesmo quando nada é dito. É uma forma de compreender sem verbalizar a compreensão.

É importante enfatizar que estas reflexões não pretendem propor uma abordagem romântica do silêncio. Pelo contrário. O que busquei foi compreender como o silêncio pode auxiliar no enfrentamento de dificuldades cotidianas e na manutenção de uma vida equilibrada em ambientes marcados por desequilíbrios violentos. A proposta é compreender o silêncio como um mecanismo que, muitas vezes, minimiza e previne mais violências.

## **Ruídos**

Além da categoria silêncio, emergiram, durante a abordagem etnográfica, informações importantes provenientes de rumores, fofocas e boatos da comunidade do Muquiço. Logo as percebi como um modo importante de os moradores trocarem informações sobre as dinâmicas de poder na comunidade.

No Muquiço, informações sobre eventos variados, como a inauguração de um mercadinho ou avisos de invasões de facções, são disseminadas por uma rede de contatos dos moradores. Indivíduos populares ou com conexões amplas acessam essas notícias mais rapidamente. As fofocas circulam em situações cotidianas, como idas à padaria ou encontros religiosos, dando sentido aos acontecimentos diários.

Boatos sobre invasões de facções rivais, que muitas vezes justificam e deflagram conflitos armados, sempre despertaram meu fascínio. Apesar de parecer mais estratégico invadir sem aviso, no Muquiço, as notícias de conflitos armados sempre precedem os eventos. Relatos semelhantes são comuns em outras favelas, mostrando uma conexão entre boatos e violência em territórios periféricos do Brasil (FONSECA, 2000).

A Favela do Muquiço raramente aparece nas manchetes, mesmo com casos de violência. Moradores dependem de boatos para entender dinâmicas de poder e conflitos, preenchendo lacunas sobre disparos de armas de fogo ou presença policial. Esses boatos são discutidos entre pessoas de confiança, em espaços "seguros" e longe dos "agentes perturbadores da ordem pública", conhecidos como "bandidos".

Feltran (2008), em uma pesquisa realizada no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente “Mônica Paião Trevisan”, CEDECA, destaca a necessidade de pesquisadores estabelecerem um “vínculo de confiança” quando etnografam nas periferias e favelas. “Há uma esfera de intimidade que condiciona a relação social com esses espaços. Uma esfera de relações pessoais, de confiança, que conforma a primeira relação da favela

com o restante da sociedade” (FELTRAN, 2008, p. 258). Machado da Silva, em sua pesquisa realizada em três favelas, formou grupos focais que eram considerados “coletivos de confiança” no campo (MACHADO DA SILVA, 2008).

No meu campo, em particular, essa esfera de confiança ocorre, na maioria das vezes em que informações são confidenciais, em tom baixo, ou mesmo em sussurros. É curioso observar que, ao pesquisar a palavra “rumor”, no Google, encontramos duas definições: 1) “ruído ou murmúrio produzido por coisas ou pessoas que se deslocam ou se chocam; barulho; burburinho”; 2) “som indistinto e contínuo de muitas vozes; murmúrio”. Ambas destacam aspectos vocais e auditivos, o que demonstra a importância de um canal de escuta atenta aos “ruídos” e com capacidade de reverberá-los, mesmo que de forma indistinta, porém contínua, entre “muitas vozes”. Esses dois significados ajudam a elucidar como esse processo ocorre no dia a dia do Muquiço e de outros territórios semelhantes.

Com a popularização das redes sociais e do aplicativo de mensagens instantâneas “WhatsApp”, os boatos passaram a circular também virtualmente. Embora as conversas presenciais ainda ocorram, a pandemia da Covid-19 fez com que os contatos pessoais se tornassem excepcionais. Assim, o “WhatsApp” se tornou o principal meio de transmissão e recebimento de informações. Muitas vezes, as trocas de mensagens pela comunidade, por meio desse aplicativo, avisam quando a favela está em conflito, transmitindo informações difusas e gerais, além de servir como um instrumento de segurança para os moradores.

Reportando-me a participante da minha pesquisa, uma jovem de vinte e oito anos, moradora do Muquiço, desde que nasceu, branca, sem filhos e que, atualmente, trabalha em um bar no Centro da cidade do Rio de Janeiro, registro que sua participação foi extremamente importante para que eu conectar certos fios e interpretar o caso de Evaldo Rosa e Luciano Macedo.

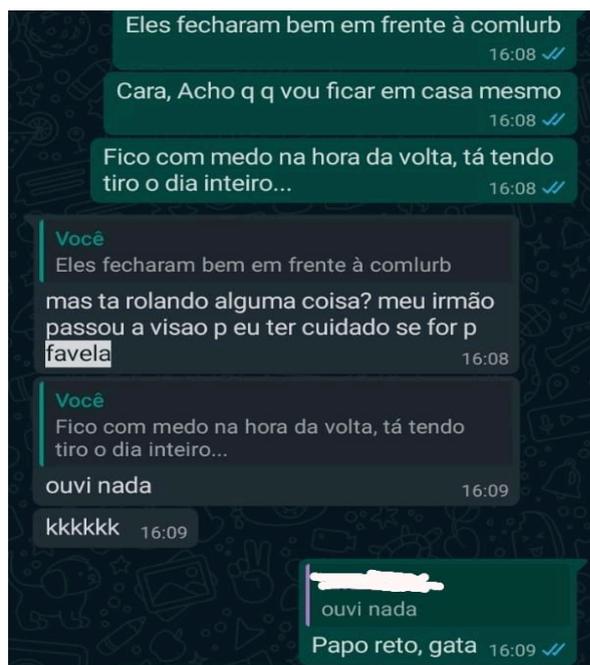
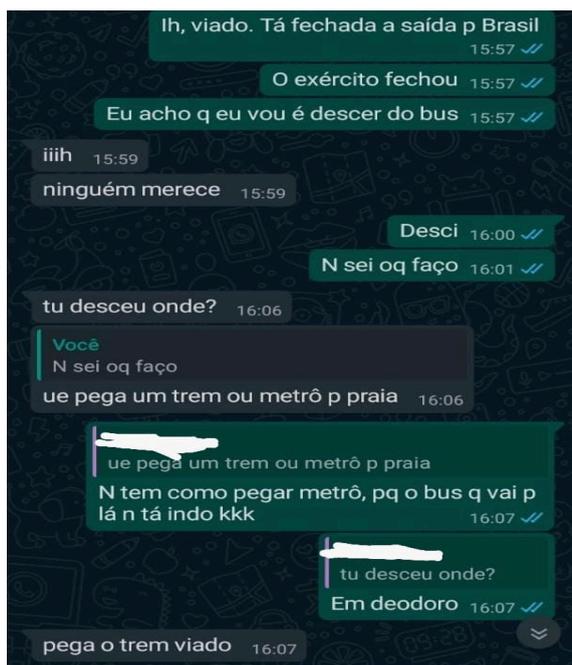
Em uma conversa privada, no dia em que Evaldo e Luciano foram fuzilados, eu estava a caminho da praia e, sem saber ao certo o que estava acontecendo, mas havia feito o ônibus em que eu estava mudar de rumo, troquei mensagens com minha amiga Drica. Eu comecei expressando surpresa e um pouco de frustração com a situação, usando a expressão “Ih, 'viado’”. Informei à Drica que a saída para a avenida Brasil tinha sido fechada pelo Exército. Nesse momento, eu considerava a possibilidade de sair do ônibus. Drica concordou com a situação desagradável. Decidi descer em Deodoro, mas estava indecisa sobre o que fazer.

Drica sugeriu que eu pegasse um trem ou metrô para chegar à praia também usando a expressão carinhosa “viado”.

Continuamos a conversa e relatei que o Exército havia fechado a passagem bem em frente à Comlurb, empresa de limpeza urbana do município do Rio de Janeiro. Expressei a minha preocupação com a violência na região e mencionei que tiros estavam ocorrendo durante todo o dia. Drica me perguntou se estava acontecendo algo e se ia para a favela, pois seu irmão a alertara para ter cuidado. Ela disse que não ouvira nada sobre a situação. Eu respondi, usando uma expressão enfática “papo reto” e a conversa continuou em um tom descontraído, com risadas de Drica.

07/04/2019

### Conversa privada com Drica



Figuras 1 e 2. Fonte: arquivo pessoal

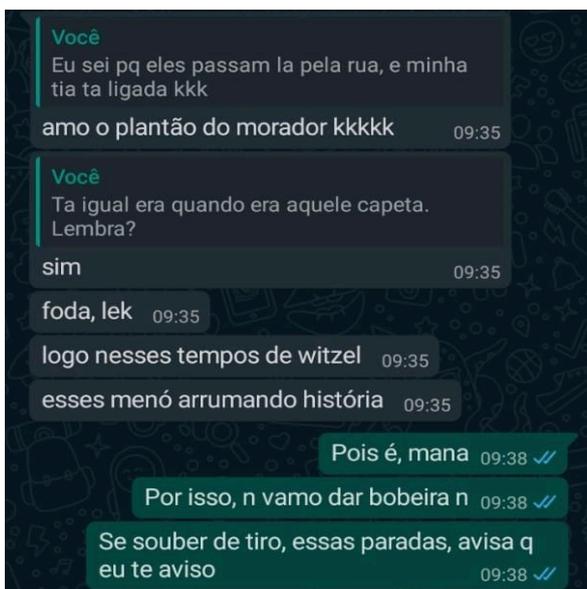
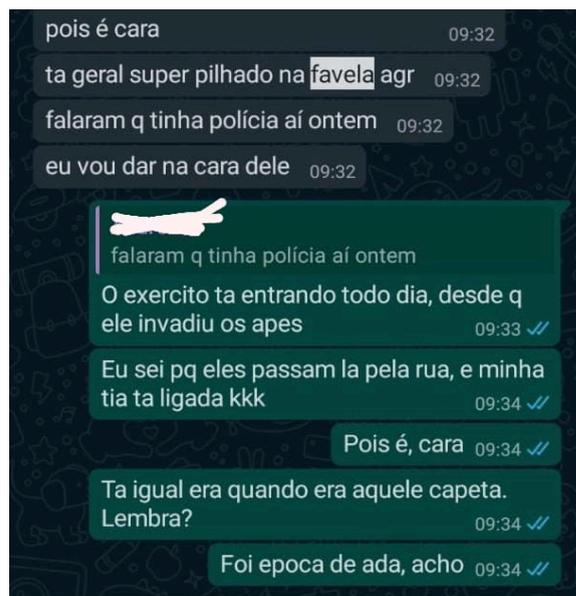
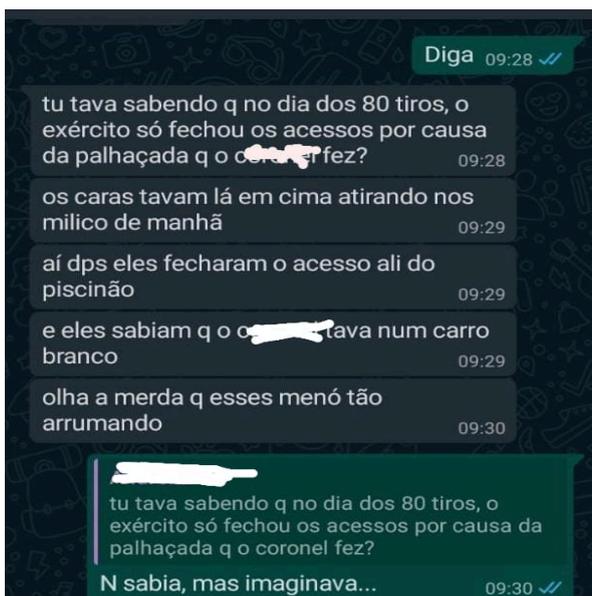
Essa conversa evidencia como a violência e a instabilidade são parte do cotidiano das favelas, naturalizadas pelos moradores. Adaptamos nossas rotinas às circunstâncias violentas e compartilhamos informações para nos mantermos informados. As conversas informais são cruciais para lidar com a violência e incerteza, proporcionando apoio mútuo,

compartilhamento de preocupações e busca por segurança. A análise dessa conversa, em 7 de abril de 2019, reforça o papel dos boatos e da circulação de informações por aplicativos. Através de redes de contatos confiáveis, obtemos diferentes versões e informações relevantes. A confiança entre mim e Drica permitiu o compartilhamento de informações relevantes e confidenciais, construindo um espaço seguro para discutir abertamente nossas percepções e preocupações sobre a violência e questões da comunidade.

No dia 17 de abril 2019, tive outra conversa com Drica na qual compartilhamos informações sobre a então situação na comunidade. A conversa demonstrou nossa preocupação com os acontecimentos de 10 dias antes, especialmente em relação ao episódio que ficou conhecido como “o dia dos 80 tiros”. Drica iniciou a conversa informando que o Exército fechara os acessos à Avenida Brasil devido a uma situação envolvendo o chefe do tráfico no Muquiço, relatando tiros disparados contra os militares e o fechamento do acesso próximo ao "piscinão". Ela destacou a gravidade da situação e os problemas causados. Eu respondi que não sabia dos detalhes, mas imaginava algo semelhante. Drica mencionou a preocupação generalizada na favela e a presença da polícia no dia anterior. Revelei que o Exército estava entrando na favela diariamente desde a invasão dos apartamentos do PNR, pois os militares passavam pela rua onde eu morava e minha tia estava atenta aos acontecimentos. Comparei com um episódio anterior relacionado à facção criminosa Amigo dos Amigos (A.D.A), mencionando a intensa presença das forças de segurança na comunidade naquela época.

Drica brincou sobre o “plantão do morador”, fazendo referência às informações que compartilhadas entre os moradores para se manterem informados sobre “situações” na comunidade. Ambas concordamos que a situação daquele momento era complicada, principalmente considerando o contexto político e a atuação do Governador Witzel. Drica expressou sua frustração com os jovens que estavam causando problemas na comunidade e eu concluí a conversa reforçando a importância de estarmos atentas e nos avisarmos sobre qualquer sinal de tiros ou situações perigosas.

**17/04/2019**



Figuras 3, 4 e 5. Fonte: arquivo pessoal.

Essa conversa reflete a constante preocupação e vigilância dos moradores de favelas diante da violência. Compartilhamos informações e nos apoiamos mutuamente para evitar situações de risco. A naturalização desse cotidiano violento é evidente na forma casual como discutimos os episódios, destacando a necessidade de nos mantermos informadas e alertas para protegermos nossas vidas. Com esses exemplos, podemos observar o cruzamento de informações entre moradores e como é montado um quebra-cabeça dos fatos.

Carolina Grillo, em sua etnografia realizada em uma região de favelas dominadas pelo Comando Vermelho (2013), afirma que há uma forma característica de ocupar o espaço público nessas comunidades que borra as fronteiras entre o que assim se considera e as residências particulares. Isso favorece um maior compartilhamento de intimidades e cria redes sociais densas e extensas de conhecimento, formando uma “malha estreita” que suporta a circulação de informações e rumores e possibilita que pessoas saibam muitas coisas sobre as vidas alheias.

Estudos como esse demonstram que o universo da fofoca é característico da sociabilidade de grupos que vivem em periferias e favelas, tanto em relação a eventos cotidianos ordinários quanto a eventos violentos. Em relação a estes últimos, os rumores podem, inclusive, representar uma reorganização da realidade afetada pela cena de um crime (CALDEIRA, 2000). Até o momento em que concluí minha pesquisa, essas duas interpretações se adequavam ao contexto que analisei.

## **Conclusão**

Acompanhar a trajetória de um evento desde seus impactos iniciais até as repercussões subsequentes foi um desafio complexo nesta dissertação, especialmente ao adotar uma abordagem autoetnográfica, sendo eu uma pessoa reservada. Lidar com memórias profundas da violência arraigada no território onde cresci revelou-se árduo, com obstáculos que limitaram meu avanço na pesquisa e causaram momentos de estagnação e bloqueio criativo.

Conduzir esta pesquisa foi uma jornada de introspecção que me permitiu novas visões. Influenciada profundamente pela violência como moradora de favela no Rio de Janeiro, percebo que outros também são marcados por ela, mesmo que de maneiras silenciosas, naturalizando ou avaliando os ruídos da violência.

Apresentar um recorte da minha pesquisa foi uma tarefa até mais desafiadora do que escrever as reflexões autoetnográficas, pois percebi um forte apego ao conteúdo apresentado. No entanto, busquei incorporar elementos que ilustrassem como a autoetnografia pode ser aplicada em pesquisa antropológica, tanto por meio de relatos pessoais quanto de registros de conversas privadas em aplicativos.

Esforcei-me para me reinventar e explorar diferentes abordagens, destacando na seção sobre o silêncio uma reflexão derivada da minha escrita autoetnográfica. Na seção sobre os ruídos, incluí uma análise das conversas que ocorrem na comunidade, exemplificando com um diálogo pessoal. Espero que este trabalho seja o primeiro de muitos a colocar a perspectiva autoetnográfica do morador de favela em destaque.

Espero que as reflexões apresentadas se transformem em diálogos acadêmicos autoetnográficos, possibilitando que, junto com colegas, possamos refletir sobre as dimensões subjetivas da violência e a vivência dos moradores de favela. Essa é a principal intenção por trás da seção sobre o silêncio, na qual explorei esses temas e discuti com meus colegas, inclusive a minha interlocutora.

Gostaria ainda de acrescentar que o desfecho da notícia de 1º de março de 2024<sup>14</sup> teve um impacto significativo em mim, provocando reflexões profundas sobre suas implicações para o caso em estudo. Esse evento suscitou questões sobre a possibilidade de um recomeço nos estudos e também sobre a necessidade de reformas na estrutura da Justiça Militar.

Além disso, estou contemplando as várias maneiras pelas quais posso aprofundar a exploração do papel do eu nesta pesquisa. Muitas nuances não foram abordadas neste recorte, mas há muito a ser explorado não só aqui, mas também em outras pesquisas futuras.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA DERG, MULLER RP, FRANCA PNR, OSIELSKI TPO, DINIZ T. **Autoetnografia como estratégia decolonizadora de ensino sobre o cotidiano em Terapia Ocupacional**. Interface (Botucatu), 2020.

ARARUNA, M. L. F. B. **O Direito à Cidade em uma Perspectiva Travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos**. Revista Periódicus, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 133–153, 2018.

BENEDICT, Ruth. **Patterns of Culture**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1934.

BENETTI, Alfonso. **A autoetnografia como método de investigação artística sobre a expressividade na performance pianística**. Opus, v. 23, n. 1, p. 147-165, abr. 2017.

---

<sup>14</sup> Disponível

<[https://apublica.org/2024/03/ministros-do-stm-ignoram-pericia-e-votam-por-absolver-militares-pela-morte-de-ervaldo-rosa/?utm\\_source=substack&utm\\_medium=email](https://apublica.org/2024/03/ministros-do-stm-ignoram-pericia-e-votam-por-absolver-militares-pela-morte-de-ervaldo-rosa/?utm_source=substack&utm_medium=email)> Acesso em 10 de jul. de 2024.

BOSSLE, Fabiano; NETO, Vicente Molina; **No “Olho do Furacão”: Uma Autoetnografia em uma Escola da Rede Municipal Ensino de Porto Alegre**. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 31, n. 1, p. 131-146, setembro 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Violência, o corpo incircunscrito e o desrespeito aos direitos na democracia brasileira**, parte IV, cap. 9, In Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/ EdUSP, p. 343-377, 2000.

CECCHETTO, Fátima Regina; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; MONTEIRO, Rodrigo de Araujo. **“BASTA TÁ DO LADO” – a construção social do envolvido com o crime**. Cadernos do CRH, Salvador, v. 31, n. 82, p. 99-116, abr. 2018.

DAS, Veena; **Vidas e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**; tradução: Bruno Gambarotto. - São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

ELLIS, Carolyn. **The Ethnographic I: A Methodological Novel about Autoethnography**. Walnut Creek, CA: AltaMira Press, 2004.

FELTRAN, G. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. Editora UNESP, 2008.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: a etnografia de violência e relações de gênero em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GRILLO, Carolina C. **Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas** Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro. Orientador: Michel Misse. (2013)

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira, **Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?** Sociedade e Estado, vol. 22, núm. 3, septiembre-diciembre, pp. 545-591, 2007.

\_\_\_\_\_ (org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira, 2008.

MENEZES, Palloma. GUTERRES, Anelise dos Santos; MAGALHÃES, Alexandre; BARROS. Apresentação. Dossiê Sociologia e Antropologia dos Rumores. Sociabilidades Urbanas - Revista de Antropologia e Sociologia, v. 4, n. 12, p. 15-20, 2020.

MOTTA, Pedro Mourão Roxo da; BARROS, Nelson Filice de. **“Autoetnografia (Resenha)”**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 31(6), pp. 1337-1340, jun, 2015.

SANTOS, S. M. A. **O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios**. Plural, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. **Autoetnografias e análises da pandemia por neófitas(os) em antropologia: Descobertas, reinvenções e sensibilidades** Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. Rio de Janeiro, vol. 15, n.1, jan-abr 202, pp. 27-53 2021

SOUZA, Francisca Zuleide Duarte de. **Dissimular para sobreviver: a cumplicidade do silêncio**. Via Atlântica. São Paulo. N. 23, 99-108, jun/2013.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

#### **MATÉRIAS JORNALÍSTICAS:**

COELHO, Henrique.; MARTINS, Marco Antonio. **Interventor federal diz que 'Rio é um laboratório para o Brasil'**. G1 Rio. 27 de fev. de 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/autoridades-detalham-medidas-da-intervencao-federal-o-rio-de-janeiro.ghtml>> Acesso em 10 de jul. de 2024.

MARTINS, Gizele. **Rio de Janeiro: laboratório para uma política de controle**. Brasil de Fato, Rio de Janeiro. 9 de abril de 2019. Disponível em <<https://www.brasildefatorj.com.br/2019/04/09/opiniao-or-rio-de-janeiro-laboratorio-para-um-a-politica-de-controle>> Acesso em 10 de jul. de 2024.